



ACÓRDÃO Nº916/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11351/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Keila Regina de Almeida Rego – OAB/AM nº 7478
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Airão
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Nerita de Castro Menezes (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5419/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Novo Airão do Exercício de 2016.

Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel a Sra. Nerita de Castro Menezes**, dando prosseguimento ao processo, nos termos do art. 20, §4º, da LO/TCE;
- 10.2. **Julgar irregular a Prestação de Contas da Sra. Nerita de Castro Menezes**, Vereadora-Presidente e Ordenadora de Despesa da Câmara Municipal de Novo Airão, exercício de 2016, nos termos do art. 22, III, "b" e "c", da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, "b" e "c", da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Considerar em Alcance o Sra. Nerita de Castro Menezes** no valor de **R\$ 286.016,90** (duzentos e oitenta e seis mil, dezesseis reais e noventa centavos), nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Novo Airão, em face das restrições não sanadas transcritas na fundamentação deste Voto (itens 9, 11, 14, 15, 17, 21, 23, 24 e 27 da Notificação n. 01/2017 – CI/DICAMI);



ACÓRDÃO Nº916/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4. Aplicar Multa à Sra. Nerita de Castro Menezes no valor de **R\$ 8.768,25**, (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal, referentes aos itens 1 a 8, 10, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 22, 25 e 26 transcritos na fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Aplicar Multa à Sra. Nerita de Castro Menezes no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, por atos de gestão de que resulte injustificado dano ao erário, referentes aos itens 9, 11, 14, 15, 17, 21, 23, 24 e 27, transcritos na fundamentação Do relatório Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.6. Dar ciência à Câmara Municipal de Novo Airão, das impropriedades constantes destes autos, remetendo-lhe cópias da manifestação da Unidade Técnica e Parecer Ministerial, determinando o cumprimento das Recomendações e Determinações listadas;

10.7. Determinar o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º, da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias.



ACÓRDÃO Nº916/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral